

GOIÁS E TOCANTINS CNPJ 08.024.822/0001-14



RESOLUÇÃO CREF14/GO-TO Nº 120/2023

Dispõe sobre o período de conciliação dos débitos junto ao CREF 14/GO-TO.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA DA 14ª REGIÃO GOIÁS E TOCANTINS – CREF14/GO-TO, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, conforme art. 82, incisos II e IX, da Resolução CONFEF nº 435 de 2022, que instituiu o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física, Estatuto Único CONFEF/CREF;

CONSIDERANDO a Lei 12.514/2011 que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO o Código Tributário Nacional;

CONSIDERANDO a Resolução CONFEF nº 316/2016 que dispõe sobre os procedimentos de cobrança administrativa, judicial e inscrição de débitos na Dívida Ativa dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas administrativas e judiciais com o objetivo de reverter o quadro de inadimplência tanto em acordos administrativos como em audiências de conciliação, mediante a proposição de acordos relativos à recuperação de créditos;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do CREF14/GO-TO, ocorrida em Reunião em 01 de abril de 2023;

RESOLVE:

CAPÍTULO I DO PROGRAMA:

Art. 1º É instituído o Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região Goiás e Tocantins, que ocorrerá do dia 01 de setembro de 2023 a 31 de outubro de 2023, destinado a promover a regularização dos créditos decorrentes de débitos dos Profissionais de Educação Física e Pessoas Jurídicas registrados, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, decorrente de:

I - Anuidades vencidas até o ano de 2022;



GOIÁS E TOCANTINS CNPJ 08.024.822/0001-14



II - Multas aplicadas;

- III Parcelamento anterior à vigência desta Resolução, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento;
- § 1° O disposto neste artigo não se aplica aos débitos de anuidades referentes ao exercício de 2023 em diante.
- § 2° À exceção do parcelamento das anuidades do ano em curso, a opção pelo Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, exclui a concessão de qualquer outra forma de parcelamento, extinguindo os parcelamentos anteriormente concedidos, admitida a transferência de seus saldos para a modalidade desta Resolução, observado o disposto no inciso III do caput deste artigo.
- § 3° Nos casos em que houver penhora judicial efetiva ainda não convertida em renda ao Conselho, o parcelamento de que trata esta Resolução não poderá ocorrer, sob pena de afronta à proibição de renúncia fiscal.
- § 4º Findo o prazo mencionado no caput deste artigo para o Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, as regras de parcelamento estipuladas nesta resolução perderão a eficácia.
- § 5° O Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO estará disponível para adesão exclusivamente no sítio eletrônico https://www.cref14.org.br o qual poderá ser aderido até o prazo final que será dia 31 de outubro de 2023.
- **Art. 2º** Em caso de parcelamento, o crédito ficará com sua exigibilidade suspensa nos termos do artigo 151, VI, e o prazo prescricional interrompido a partir de sua inadimplência, nos termos do artigo 174, parágrafo único, I, ambos do Código Tributário Nacional.
- **Art. 3º** Ocorrendo o pagamento integral ou parcelado da dívida, o processo administrativo de cobrança será encerrado após a respectiva quitação, com o consequente arquivamento do mesmo, dando-se por extinto o crédito devido, por força do artigo 156, I do Código Tributário Nacional.
- **Art. 4º** O ingresso no Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos dar-se-á por opção do Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica até o dia 31 de outubro de 2023, sendo necessária a formalização de Termo Administrativo de Confissão e Negociação de Dívida, nos termos do Anexo I desta Resolução.

CAPÍTULO II SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PARCELAMENTOS



GOIÁS E TOCANTINS CNPJ 08.024.822/0001-14



- **Art. 5º** Os débitos dos Profissionais de Educação Física e/ou das Pessoas Jurídicas registradas no Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região Goiás e Tocantins, observadas as condições de adesão ao Programa estabelecidas no artigo 1º desta Resolução, serão totalizados na data do requerimento e divididos pelo número de parcelas pactuadas entre as partes.
- **Art. 6º** A opção pelo Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, descrita no art. 4º desta Resolução, sujeita os Profissionais de Educação Física e/ou Pessoas Jurídicas a:
- I Confissão irrevogável e irretratável dos débitos existentes;
- II Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;
- IV Atualização anual do cadastro junto ao CREF 14/GO-TO, mediante atualização de endereço residencial completo com CEP, endereço eletrônico e número de telefone pessoal para contato.
- **Art. 7º** O Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica optante pelo Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, será dele excluído, mediante ato do respectivo CREF 14/GO-TO, em razão de inadimplência por não pagamento de quaisquer parcelas assumidas, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos créditos elencados no art. 1º desta Resolução.
- § 1° No caso de exclusão do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica do Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, as parcelas não liquidadas dos créditos de que trata ao art. 1° desta Resolução retroagirão à data base do valor do débito, quando será efetuada a apuração do valor devido, acrescido com multa e juros legais até a data do pagamento.
- § 2º As parcelas pagas com até 29 (vinte e nove) dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins do disposto no caput deste artigo.
- § 3° A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica.
- **Art. 8º -** A certidão positiva com efeito de negativa, emitida durante a vigência do parcelamento pelo Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO, deverá conter prazo de validade até o vencimento da próxima parcela, podendo o CREF 14/GO-TO, validá-la, sucessivamente, durante o exercício, tudo conforme o modelo constante no Anexo II desta Resolução, e deverá ser solicitada para a gerência de atendimento através do e-mail cref14@cref14.org.br.

Seção II DO PARCELAMENTO DOS DÉBITOS

Art. 9º - A dívida existente em nome do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica será discriminada por exercício e por débito, sendo após totalizada e tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no Segundo Programa de Conciliação de Recuperação de Créditos do CREF 14/GO-TO e poderá ser:



GOIÁS E TOCANTINS CNPJ 08.024.822/0001-14



- I Parcelada até o número máximo de 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no cartão de crédito, em até 3 (três) parcelas mensais e sucessivas, no boleto, vencíveis preferencialmente no dia aprazado;
 II Reduzidos progressivamente os encargos moratórios de acordo com o número de parcelas na seguinte proporção:
 - a). 100 % (cem por cento) de desconto de juros e multa, para pagamentos à vista, do total dos débitos em aberto;
 - b). 90% (noventa por cento) de desconto de juros e multa, para os valores parcelados em até duas vezes, no cartão de crédito ou boleto;
 - c). 80 % (oitenta por cento) de desconto de juros e multa, para os valores parcelados em até três vezes, no cartão de crédito ou boleto;

III – para parcelamentos realizados acima de 3 (três) parcelas, não serão concedidos descontos, e serão nas seguintes proporções de valores:

- a). Valores até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) poderão ser parcelados em até 5 (cinco) vezes, no cartão de crédito;
- b). Valores de R\$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) poderão ser parcelados em até 9 (nove) vezes no cartão de crédito;
- c). Valores acima de R\$ 4.000,01 (quatro mil reais e um centavo) serão parcelados em até 12 (doze) vezes no cartão de crédito.
- § 1° A totalização de que trata o caput deste artigo abrangerá todos os débitos descritos no art. 1° desta Resolução existentes em nome do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica, observado o disposto no art. 1° deste normativo.
- § 2º A primeira parcela será quitada no mesmo dia da assinatura do termo de adesão.
- § 3° Após o vencimento incidirá sobre o valor da parcela multa de 2% (dois por cento), além do juro de mora de 1% (um por cento) ao dia, acrescido de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo I.P.C.A.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marcelo de Castro Spada Ribeiro Presidente Cref14/GO-TO CREF 001934-G/GO



GOIÁS E TOCANTINS CNPJ 08.024.822/0001-14



ANEXO I

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO

Termo Administrativo de Conciliação de Dívida

RESOLVEM Celebrar CONCILIAÇÃO em relação ao(s) débito(s) referente(s) à(s) anuidade(s)/multa(s) do(s) exercício(s) de XXX, que o devedor, neste ato, os reconhece na integralidade, devido(s), mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira – o montante da dívida reconhecida pelo(a) devedor(a), nela incluídos correção monetária, juros e multa(s), corresponde ao valor de R\$ xxxxxxxxxx

Cláusula Segunda – Para efeitos da presente CONCILIAÇÃO fica concedido o desconto de , incidentes exclusivamente sobre juros e multa(s) do montante acima apurado, correspondendo ao valor de R\$ XXXXXX. Assim o débito a ser quitado pelo(a) Devedor(a) será no importe de R\$ XXXXXX

Cláusula Terceira – Fica estabelecido que o valor constante na Cláusula Segunda será solvido em 1 (Uma) parcela(s), conforme abaixo discriminado,

PARCELAS	VALOR VENCIME		
	(R \$)	О	
XX	R\$ XXX	XXXX	

Cláusula Quarta - O CREDOR não está obrigado a providenciar qualquer Notificação ou Interpelação para constituir o(a) DEVEDOR(A) em mora, ficando convencionado entre as partes que o não pagamento de quaisquer das parcelas nos vencimentos estipulados, implicará a imediata rescisão deste Termo, o vencimento antecipado do débito com o acréscimo dos descontos incidentes sobre as parcelas remanescentes e adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, com os acréscimos legais.



GOIÁS E TOCANTINS CNPJ 08.024.822/0001-14



Cláusula Quinta - A assinatura deste instrumento pelo(a) DEVEDOR(A) importa em confissão irrevogável e irretratável do(s) débito(s); renúncia expressa ao direito de ação sobre débitos objeto do acordo, inclusive desistência de ações judiciais eventualmente ajuizadas e lides administrativas; e aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.

Por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em duas vias. XX mês de ano

Devedor(a): xxxxxxxx CPF: xxxxxxxxxxxx

GO-00000

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO DE GOIÁS E TOCANTINS





GOIÁS E TOCANTINS CNPJ 08.024.822/0001-14

ANEXO II

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITO DE NEGATIVA

O Cons	selho Regional	de Educaçã	ão Física da	a 14ª Região	GOIÁS	E TO	CANTINS	S – CREI	F 14/GO-
TO	certifica	que	o(a)	Profissio	nal	de	Educ	ação	Física
				(Pe	essoa Físi	ca), na	acionalida	de, estad	o civil,
portado	or de identidade	n° CREF_	, inscri	ito no CPF so	ob o nº		, resid	ente e do	miciliado
a		OU		a		Pessoa		Jurídica	
	n°								
represe	ntada por seu	representai	nte legal,				nacionalid	ade, esta	ido civil,
portado	or de identidade	n° CREF_	, inscri	to no CPF so	ob o nº		, reside	ente e do	miciliado
a		_, encontra-	se com déb	oito parcelad	o adimpl	ente, o	ou seja, co	m regula	ridade na
amortiz	zação do pacto.								
Esta CI	ERTIDÃO tem	o mesmo e	feito da Cei	tidão Negati	va, mas ı	não ple	enamente,	em virtu	de de não
haver a	quitação da dí	vida parcela	ıda.						
	ficação desta C ndo o autor à re			e em crime p	orevisto r	ıo Cód	ligo Penal	Brasilei	℃,
Válido	até/	/	(vali	dade até o v	enciment	o da p	róxima pa	rcela)	
Data									
Preside	nte Marcelo de	Castro Spa	ıda Ribeiro						

CREF 001934-G/GO



Resolução 120.2023 - Semana de Conciliação (1).docx

Documento número #822b2520-303e-434d-a62f-5afdd2b0592f

Hash do documento original (SHA256): decca670f03cd301910e4f32a4e38cc2a195029d2e8715336665a496f4b4ce41

Assinaturas



Marcelo de Castro Spada Ribeiro

CPF: 828.357.051-04

Assinou em 03 jul 2023 às 15:56:50

Log

03 jul 2023, 15:33:56	Operador com email secretariaexecutiva@cref14.org.br na Conta e077d93b-d258-4fdc-81fb-4ef59b736c3b criou este documento número 822b2520-303e-434d-a62f-5afdd2b0592f. Data limite para assinatura do documento: 02 de agosto de 2023 (15:33). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
03 jul 2023, 15:34:00	Operador com email secretariaexecutiva@cref14.org.br na Conta e077d93b-d258-4fdc-81fb-4ef59b736c3b adicionou à Lista de Assinatura: marcelospada@cref14.org.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Marcelo de Castro Spada Ribeiro e CPF 828.357.051-04.
03 jul 2023, 15:56:51	Marcelo de Castro Spada Ribeiro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail marcelospada@cref14.org.br. CPF informado: 828.357.051-04. IP: 191.247.157.51. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -13.4222473 e longitude -49.1370124. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.533.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
03 jul 2023, 15:56:51	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 822b2520-303e-434d-a62f-5afdd2b0592f.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 822b2520-303e-434d-a62f-5afdd2b0592f, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.